

Aliança para os ODS assinada esta semana em Lisboa deve “construir um novo contrato social”

22 de Janeiro, 2016

Várias entidades reuniram-se, quarta-feira, na Culturgest, em Lisboa, com o principal objetivo de assinarem a Aliança para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal, um compromisso de adesão aos dezassete ODS, aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). No encontro, foi, ainda, lançada uma consulta pública sobre a implementação desses objetivos – consagrados na Agenda 2030 – pelas agências da ONU em Portugal, organizações da sociedade civil e pela comissão organizadora.

A Aliança para os ODS consiste numa ação concertada “multistakeholder”, que congrega o setor empresarial, sindicatos, administração pública, sociedade civil, academia, entre outras entidades, sendo a Global Compact Network Portugal (GCNP), a rede portuguesa mandatada para ser uma espécie de “plataforma de encontro destas organizações”. “Não se trata só de gerar novos projetos mas de pôr em contacto projetos já existentes. Chegam às entidades envolvidas projetos absolutamente fantásticos que muitas vezes não encontram parceiros. Seremos uma espécie de marketing place”, explicou o representante da GCNP, que esteve presente no evento. Mário Parra da Silva disse, ainda, que espera que “depois desta aliança se estabeleçam muitas mais”. “Portugal é grande demais para uma aliança só”, sublinhou, acrescentando que “nós temos provavelmente tanta atividade em Portugal como na Dinamarca, só que ninguém sabe”. “Os objetivos fundamentais da Aliança é conseguir reunir essa informação e levá-la aos fóruns internacionais. Nós não somos tão maus como aparecemos lá fora, somos muito melhores do que a fotografia que deixamos que nos tirem”, frisou.

A Aliança para os ODS, que vai convidar, pela primeira vez, associações de estudantes, aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico e ambiental) e pretende, fundamentalmente “acabar com todas as formas de pobreza, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, promovendo a paz a justiça no mundo”. Entre os dezassete ODS, sob quais várias entidades se comprometeram a trabalhar, os presentes fizeram questão de salientar alguns, tais como: a erradicação da pobreza; a melhoria da saúde e educação de qualidade; trabalhar para que a igualdade de género seja, cada vez mais, uma realidade; proteger a vida terrestre e marinha e reduzir as desigualdades.

Isabel da Silva, que esteve a representar o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), disse que a Aliança se trata de “um plano ambicioso” e, acrescentou, “não tenho dúvidas que vai resultar”.

“Só com crescimento económico vamos ultrapassar as dificuldades e gerar emprego. Portugal também precisa de reduzir a burocracia porque, por exemplo,

conseguimos criar uma empresa numa hora mas esperamos um ano pelo licenciamento e, assim, não vamos lá”, salientou Daniel Soares de Oliveira da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), que também marcou presença na assinatura deste compromisso.

Já Cristina Sousa Rocha, do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), disse que é preciso “inovação ao nível organizacional”, uma vez que, “a inovação tecnológica não chega para o desenvolvimento sustentável”. “Os ODS são um passo importante para isto”, acrescentou.

“Os desafios globais não podem ser desenvolvidos isoladamente. Os objetivos de desenvolvimento sustentável devem construir um novo contrato social”, concluiu Carlos Monjardino, presidente da Fundação Oriente.